

# Xeque-Mate

BRUNO BACCHETTI — interino  
bruno.bacchetti@rac.com.br



## Sob sigilo

A menos de um mês para o recesso da Câmara de Campinas, os vereadores intensificam as conversas para definir os membros e presidentes das comissões permanentes da Casa, além da composição da Mesa Diretora para o próximo biênio. Os vereadores, no entanto, silenciam e evitam comentar as articulações para não se indispor com colegas. Em conversas paralelas e guardadas a sete chaves, os parlamentares acertaram os pontos e indicam as suas preferências.

## Não sei de nada

O cenário caminha cada vez mais para a permanência do atual presidente Rafa Zimbaldi (PP) no comando do Legislativo por mais dois anos. Apesar da tendência para sua reeleição, Zimbaldi desconversa e

jura de pés juntos que não conversou com ninguém sobre essa possibilidade. A gestão do pepista é elogiada pelos colegas e até parlamentares da oposição não se opõem à continuidade de Zimbaldi na presidência.

## a frase

“É claro que estamos conversando e não queremos impor nada, mas todas as comissões passam pelo PSB, PSDB e PP, as maiores bancadas.



Do vereador José Carlos Silva (PSB), sobre as articulações para a definição dos membros e presidentes das comissões permanentes da Câmara.

## É com eles

A tendência é que a base de governo entre num consenso pela permanência do atual presidente, assim como ocorreu na eleição do primeiro mandato de Zimbaldi. O entendimento é que uma eleição envolvendo mais um nome da base poderia causar um racha. A Prefeitura, no entanto, garante que não vai se meter na disputa e que essa é uma decisão que cabe somente ao Legislativo.

## Eu, não!

Alguns parlamentares que haviam manifestado o interesse em disputar a eleição da Casa já voltaram atrás e dizem que não há nenhuma definição a respeito. Por isso, ninguém se coloca publicamente como candidato. Mas é possível que algumas surpresas aconteçam de última hora em dezembro, quando as conversas serão intensificadas. Além da presidência, a composição da Mesa Diretora também atrai as atenções dos parlamentares.

## Eles mandam

Donos das maiores bancadas da Casa para a próxima legislatura, PSB (seis vereadores), PSDB (quatro) e PP

(três) terão poder de decisão maior para escolher as comissões que pretendem fazer parte e presidir. Juntos, os três partidos terão 13 vereadores na próxima legislatura, quase a metade da Câmara.

## Já tem dono

Por isso, é praticamente certo que comissões mais coibidas da Casa e que dão maior visibilidade, como a Constituição e Legalidade, Política Urbana, Administração Pública e Finanças e Orçamento ficarão sob a batuta dessas legendas. Da mesma forma que PP, o PSD também elegeu três parlamentares. Porém, todos novatos, portanto terá que aguardar na fila.

## Decisão de cima

Já sobre a liderança de governo, o vereador André von Zuben (PP), que exerce o papel atualmente, diz que uma possível mudança ou continuidade ainda não foi tratada com o Palácio dos Jequitibás. A decisão, segundo von Zuben, é exclusiva do prefeito Jonas Donizette (PSB). Nos bastidores da Câmara, a informação é que existem vários vereadores da base de olho no posto.

## Prazo final

Termina hoje o prazo para candidatos e partidos prestarem contas referentes à campanha eleitoral do segundo turno. Eles terão que apresentar à Justiça Eleitoral as receitas, despesas e as contas bancárias nas quais foram movimentados recursos. A obrigação vale, inclusive, para os candidatos que desistiram de concorrer à eleição e os que tiveram o registro de candidatura indeferido. O candidato que não prestar as contas fica impedido de obter a certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura e os partidos perdem o direito ao fundo partidário.

## DIREITO || VIA JUDICIAL

# Judicialização do acesso à área da Saúde tem alta

Demanda vinda de ações particulares gera impasse aos municípios

Leandro Ferreira/AAN

Raquel Valli  
DA AGÊNCIA ANHANGUERA  
raquel.valli@rac.com.br

A quantidade de pessoas que entraram na Justiça para obter algum serviço de saúde pública cresceu 14% em Campinas este ano em relação a 2015. Apesar disso, a cidade ainda se mantém em um nível confortável quando comparada a demais cidades do Estado. Enquanto Campinas tem 1,9 caso judiciário para cada 10 mil habitantes, em Ribeirão Preto essa proporção salta para 20; e, em Barretos, para 30.

## Em Campinas, maioria pede remédios e o aumento foi de 14%

Os motivos para o crescimento da judicialização, segundo especialistas, vão desde a crise econômica — que despejou os usuários dos planos de saúde e minou os recursos para compra de medicamentos — até fraudes em remédios, passando por novos fármacos, só disponíveis no Exterior e cujos pacientes brigam pela importação.

Entre os principais problemas apontados pelo poder público, devido o crescimento da judicialização, há o fato de as cidades serem obrigadas a cumprir a Constituição, que assegura saúde a todos os brasileiros. A obrigatoriedade dilui os recursos que são orçados de forma insuficiente pelos governos para atender a uma demanda cada vez mais crescente. Em 5 anos, o número de ações no Estado aumentou 92%, e o custeio dessas demandas, 900%, segundo a Secretaria de Estado da Saúde. Em 2014, por exemplo, as demandas comprometeram 56% do orçamento destinado à farmácia do Estado.

Entre os fármacos solicitados, a maioria é para os que combatem cânceres (os anti-neoplásicos). Em Campinas é



Simpósio na Cidade Judiciária discutiu os efeitos da crescente judicialização das demandas na saúde em SP

justamente o que ocorre: 66% dos processos pedem remédios, e 36% desses 66% são de drogas contra câncer. As ações consomem 0,5% do orçamento da saúde (R\$ 5,5 milhões), um gasto de R\$ 2 para cada 10 mil habitantes.

“Se o paciente realmente precisa, dentro das evidências científicas, nós devemos atender. O Sistema Único de Saúde é para todos. Mas, por outro lado, nós não podemos quebrar o princípio do SUS, que é o de direitos iguais para todo mundo. Quando se judicializa, quem paga a conta? A saúde pública, a coletiva”, afirma o secretário municipal de Saúde de Campinas, Carmino de Souza.

Esse é o temor também do superintendente do Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, o ortopedista João Batista de Miranda. “Corre-se o risco de produzir algumas in-

justiças: poucos podendo ser tratados em detrimento de muitos (devido à quebra de receita orçamentária) e o ‘atropelamento’ do paciente que está esperando há muito tempo, e que será atendido depois do que entrou com ação judicial. Todos nós sabemos que o serviço público de saúde tem filas, e filas enormes.”

A assistente técnica da Coordenação de Demandas Estratégicas do SUS do governo de São Paulo, Paula Sue Facundo de Siqueira, é contra a judicialização. “O Estado tem 42 milhões de habitantes, e o SUS se compromete a atendê-los com um orçamento já limitado. A judicialização perverte essa lógica quando traz uma demanda inédita, a um custo não planejado, comprometendo a oferta pública na saúde.”

“Existe possibilidade de

discussão sobre a não existência do direito à ação judicial e ao medicamento ou ao tratamento? Não. Esse é um ponto pacífico. O que nós temos que pensar é: quais os limites disso? Quais medicamentos? Quais tratamentos?”, questionou o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas, Wagner Roby Gidaro. Na cidade, a Justiça tem analisado os seguintes critérios: primeiro, se o medicamento solicitado tem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; segundo, se a doença é grave; terceiro, se não existe política pública (remédio e tratamento) já disponível para a enfermidade; e quarto, se há falta de condições financeiras do requerente. “Mas, por recurso, uma decisão que tomemos pode obviamente ser reformada pelo Tribunal de Justiça”, acrescenta Gidaro.

“Temos inúmeras dificuldades para tentar o equilíbrio entre a saúde coletiva, que norteia toda a gestão pública, e o interesse individual. Tentamos equilibrar essa questão.”

PAULO CESAR M. DE CASTRO

13º promotor de Justiça de Campinas

## EDUCAÇÃO || EVENTO

# Encontro de cursos de Administração começa hoje

Objetivo desta edição é discutir as metodologias inovadoras de ensino

Começa hoje a 27ª edição do Encontro Nacional de Cursos de Graduação em Administração (Enangrad), na Universidade Presbiteriana Mackenzie, localizada na Avenida Brasil, número 1220, no Jardim Guanabara, em Campinas. O objetivo desta edição é discutir as metodologias inovadoras de aprendizagem e suas relações com o mundo do trabalho. O grande diferencial desta edição, segundo o professor e coordenador geral do evento, José Carlos Pacheco Coimbra, é que além de representantes da academia também participarão das palestras empresários, possibilitando assim uma grande troca de informações. Na cerimônia de abertura,

que acontece às 14h no auditório do seminário, na Mackenzie, estarão presentes o prefeito Jonas Donizette; a presidente do Inep, Maria Inês Fini; o empresário Luís Norberto Pascoal, presidente do Conselho da Dpaschoal; Mauro Kreuz, presidente do Conselho Consultivo da Angrad e diretor da Câmara de Formação Profissional do CFA; Antonio de Araújo Freitas Júnior, conselheiro nacional de Educação e Henrique Heidtmann Neto, presidente da Angrad.

Além das palestras, o público contará com oficinas pedagógicas e apresentação de artigos científicos, que devem servir como base para um debate

democrático, uma troca de experiência e a discussão de caminhos para melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil.

Segundo a assessoria de imprensa do Enangrad, ao menos 500 pessoas já estão inscritas no evento. As inscrições via Internet já foram encerradas, mas quem quiser participar pode se inscrever diretamente na secretaria do evento, nos dias 19, 20 e 21. O valor para associados é R\$ 820, R\$ 1.500 para não associados, R\$ 530 estudantes de graduação. Grupos de 10 professores pagam R\$ 450 cada e grupos com 10 alunos, o valor é de R\$ 220 cada. (Virgínia Alves/AAN)

Associado à Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP)

# CORREIO POPULAR

Rua 7 de Setembro, 189 - Vila Industrial - CEP 13035-350 - Campinas-SP  
Telefone PABX (019) 3772-8000 - FAX (019) 3772-8144 e 3772-8142 - Endereço Internet: www.cpopular.com.br  
Diretoria - Telefone PABX 3736-3199 - FAX (019) 3736-3101

**PUBLICIDADE**  
Telefones: (019) 3736-3085 e 3736-3086 - Fax (019) 3736-3101 -  
Tele-Correio Telefone 3736-3000 (Classificados por telefone)  
Tele-Correio discagem gratuita (0800) 14-1515.

**SUCURSAL DE SÃO PAULO**  
Rua Pedroso Alvarenga, 1.204 - 6º andar -  
Bairro Itaim Bibi - CEP 04531-913 - SÃO PAULO-SP  
Telefone (0xx11) 3704-1600

**REPRESENTAÇÕES:**  
Brasília (DF) - Consultoria e Comunicação Ltda. SHS  
Q1 17 - Conj. 16 casa 5 - Lago Sul - Brasília - DF - 71.645-160  
Fones: (61) 3226-6462 / 3233-1327  
Fax: (61) 3226-6480

**Curitiba (PR)** - Av. Candido Abreu, 776 - sl 1803  
Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-000  
Fone/Fax (41) 3014-8887

**Florianópolis (SC)** - Rua Cruz e Souza, 550 - Sl 08  
Palhoça - SC - CEP - 88133-430  
Fones: (48) 3034-2920/3341-5203

**Rio de Janeiro** - Av. Graça Aranha, 145 - Grupo 902  
Castelo - Cep 20230-003  
Fone (21) 2524-2457  
Fax (21) 2262-0130

**ASSINATURAS:**  
Novas Assinaturas e  
Disque-Bancas/Abandono  
ao Jornaleiro: 3736-3200/3116-3200.

Preço promocional assinatura  
anual à vista.....R\$ 696,00  
Preço promocional assinatura mensal.....R\$ 63,90

Consulte nossas condições especiais de pagamento.

**PUBLICIDADE LEGAL:**  
3736.3085 e 3736.3076

**SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE**  
ssa@rac.com.br  
WhatsApp (19) 97152-3041  
3736-3200/3116-3200

O Jornal Correio Popular é produzido e comercializado por  
Correio Popular S/A, em parceria com as empresas  
Grande Campinas Editora e Gráfica Ltda, e Metropolitana  
Comunicação, Empreendimentos e Participação Ltda.

Noticiário nacional fornecido pela Agência Estado. Noticiário internacional enviado pela France Press.